



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Concurso Público para

H06 - Técnico Judiciário - Área Administrativa

P R O V A

Português
Matemática
Noções de Microinformática
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 70 questões, numeradas de 1 a 70. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O mercado não deixa de ser uma criatura assaz estranha, pois ela é apresentada como se fosse portadora de vontade. Ouvimos freqüentemente que o mercado "quer" isto ou aquilo, que ele tem tal ou qual expectativa, como se tratássemos com um ente volitivo, dotado de desejos, paixões e esperanças. Como uma criança mimada, se a sua vontade é contrariada, o seu mau humor imediatamente se manifesta, expressando-se na queda das bolsas, no aumento da cotação do dólar e do dito risco Brasil.

Não se trata, evidentemente, de negar que o mercado tenha regras que devem ser obedecidas, sob pena de uma disfunção total do corpo social e econômico. Seguir regras faz parte de qualquer comportamento, sem que daí se infira necessariamente que obedecer a um conjunto de regras torna esse conjunto um ser dotado de vontade. Se sigo regras de trânsito, daí não se segue que essas regras "queiram" tal ou qual coisa, senão no sentido derivado de que seres volitivos impuseram a si mesmos esse conjunto de regras. (...)

No domínio econômico observamos dois tipos de processos, de essência diferente, que tendem a ser identificados, sobretudo na vida política e, mais especificamente, eleitoral. Se um determinado governo, seguindo certas políticas, não segue regras econômicas básicas, ele certamente produzirá um descalabro completo das contas públicas e uma desorganização total das relações socioeconômicas. As experiências socialistas e comunistas do século XX são plenas de ensinamento nesse sentido, pois, ao serem conduzidas contra o mercado, produziram regimes totalitários com milhões de mortos. A supressão das liberdades democráticas foi a sua primeira manifestação mais visível.

Não se pode, contudo, dizer que o mercado não comporte um leque muito variado de políticas, algumas muito distantes entre si. (...)

Quem quer determinadas políticas, e não outras, são os agentes econômicos, sociais e políticos que, dependendo das orientações seguidas, não "querem" a sua implementação. Como não se assumem diretamente, apresentam os seus interesses sob uma forma impessoal, como se uma entidade coletiva e mirabolante não quisesse certas ações. Toda política favorece determinados interesses e contraria outros, sem que se possa dizer que exista uma política de custo zero que beneficiaria todos os agentes

envolvidos. Uma política que favoreça as exportações e a substituição de importações, por exemplo, irá contrariar outros interesses que são hoje satisfeitos. Uma política de redistribuição de renda necessariamente tirará de alguns para favorecer os mais carentes.

A especulação que temos observado no mercado financeiro obedece precisamente a esse jogo de interesses contrariados ou favorecidos, em que simples rumores de subida ou de descida de determinados candidatos nas pesquisas de opinião produzem lucros para alguns e prejuízos para outros. Em alguns casos, os rumores relativos a essas pesquisas nem se confirmam, porém lucros e perdas não cessam de ser produzidos. E o que é pior: os prejuízos dizem respeito a todo o País.

(Denis Lerrer Rosenfeld, **O Estado de S. Paulo**, agosto de 2002)

1. O autor do texto
 - (A) concorda com o fato de que o chamado "mercado" deve ditar as regras de funcionamento político, social e econômico de um país.
 - (B) questiona o hábito de pessoas ligadas ao mundo financeiro de personalizar o chamado "mercado", atribuindo-lhe vontade própria.
 - (C) critica as políticas governamentais que se curvam às expectativas de um mercado, especialmente o externo, em prejuízo de sua população.
 - (D) defende a importância de existir um mercado que imponha sua própria vontade a todas as nações do globo, na expectativa de vida melhor para elas.
 - (E) recusa-se a admitir o fato de que existem normas, no campo social e econômico, que precisam ser acatadas e respeitadas por todos.
2. De acordo com o texto, o vocábulo *mercado*, de largo uso nas áreas política e econômica,
 - (A) transforma-se num artifício, para unir e concretizar certas políticas praticadas pelo governo.
 - (B) deve assumir, realmente, vontade própria, pois reage de forma positiva ou negativa às especulações.
 - (C) é simplesmente um sinônimo que se aplica ao conjunto de regras socioeconômicas estabelecidas pelos governos de certos países.
 - (D) traduz, de forma impessoal, interesses de agentes financeiros, muitas vezes opostos entre si.
 - (E) precisa ser entendido como uma via de mão dupla, com regras semelhantes às de trânsito, que devem ser seguidas por qualquer governo.

3. Considere as seguintes afirmações a respeito do texto:

- I. conclui-se corretamente que, apesar das opiniões do autor, o "mercado" tem mesmo uma vontade própria e a impõe às várias nações.
- II. obedecer rigidamente às regras do mercado significa fortalecer os governos, mesmo os totalitários, que impedem a liberdade democrática, instaurando a perseguição política.
- III. qualquer ação política, mesmo abrangente, terá seus aspectos positivos ou negativos, dependendo dos interesses satisfeitos ou contrariados no mundo dos negócios.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

4. ... senão no sentido derivado de que seres volitivos impuseram a si mesmos esse conjunto de regras. (final do 2º parágrafo)

O segmento grifado acima está reescrito, sem prejuízo do sentido original, em

- (A) a vontade de cada um se manifesta num conjunto de regras impostas por si mesmas.
- (B) esse conjunto de regras passa a ter vontade imposta por si mesma.
- (C) esse conjunto de regras se impõe por si mesmo às pessoas.
- (D) as pessoas recebem, por vontade própria, um conjunto de regras impostas.
- (E) pessoas decidem impor a si mesmas esse conjunto de regras.

5. Os segmentos grifados nas frases que seguem estão substituídos pelos pronomes adequados e colocados de modo INCORRETO na alternativa:

- (A) *que ele tem tal ou qual expectativa = que ele tem-na.*
- (B) *que o mercado tenha regras = que o mercado as tenha.*
- (C) *seguir regras faz parte = segui-las faz parte.*
- (D) *obedecer a um conjunto de regras = obedecer-lhes.*
- (E) *se sigo regras de trânsito = se as sigo.*

6. ... *que o mercado "quer" isto ou aquilo...*
... *que essas regras "queiram" tal ou qual coisa...*
... *não "querem" a sua implementação.*

O uso das aspas nas frases acima, retiradas do texto,

- (A) mostra que estão sendo usadas formas de gíria que identificam o mercado financeiro.
- (B) indica a ausência do termo adequado ao sentido geral do texto.
- (C) busca chamar a atenção do leitor, para um sentido especial no emprego dos verbos.
- (D) assinala uma interrupção consciente na seqüência lógica das idéias.
- (E) introduz uma hesitação quanto ao emprego correto do sentido das formas verbais.

7. *Uma política que favoreça as exportações...* (5º parágrafo)

O uso da forma verbal grifada acima introduz na frase a noção de

- (A) fato concreto.
- (B) hipótese.
- (C) continuidade.
- (D) repetição.
- (E) necessidade.

8. *Uma política de distribuição de renda necessariamente tirá de alguns...* (final do 5º parágrafo)

O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:

- (A) *o seu mau-humor imediatamente se manifesta...*
- (B) *torna esse conjunto um ser dotado de vontade.*
- (C) *não segue regras econômicas básicas.*
- (D) *produziram regimes totalitários com milhões de mortos.*
- (E) *a especulação obedece precisamente a esse jogo de interesses.*

<p>9. ... os rumores relativos a essas pesquisas nem <u>se confirmam</u>... (final do texto)</p> <p>A forma verbal correta, de sentido idêntico ao da grifada acima, é</p> <p>(A) são confirmados.</p> <p>(B) foi confirmado.</p> <p>(C) tinham confirmado.</p> <p>(D) está sendo confirmado.</p> <p>(E) confirmou-se.</p>	<p>12. <u>Ambas</u> as formas verbais grifadas estão corretas na frase:</p> <p>(A) Agentes econômicos <u>receivavam</u> a instabilidade do mercado e se <u>ateram</u> a poucas transações comerciais, naquele dia.</p> <p>(B) <u>Advieram</u> alguns prejuízos para certos candidatos, enquanto outros se <u>beneficiaram</u> com os acordos entre vários partidos políticos.</p> <p>(C) Alguns candidatos <u>indisporam-se</u> contra as normas do debate, considerando que <u>dispunham</u> de pouco tempo para falar.</p> <p>(D) O Tribunal Regional Eleitoral <u>interview</u> na discussão entre os partidos e <u>manteve</u> a decisão de impugnar a candidatura solicitada dias antes.</p> <p>(E) Os coordenadores <u>preveram</u> o surgimento de alguns problemas e <u>proporam-se</u> a corrigir os rumos da campanha, para melhorar seu resultado.</p>
<p>10. As palavras acentuadas pela mesma razão que justifica os acentos na expressão <i>domínio econômico</i>, são</p> <p>(A) história notável.</p> <p>(B) trânsito difícil.</p> <p>(C) prejuízo público.</p> <p>(D) experiência política.</p> <p>(E) heroísmo extraordinário.</p>	<p>13. A concordância está feita em desrespeito à norma culta na frase:</p> <p>(A) Algumas propostas divulgadas pelos candidatos parecem incompatíveis com a realidade nacional, faltando-lhes até mesmo fundamentos que convençam os eleitores.</p> <p>(B) Comentários feitos por candidatos produzem resultados muitas vezes nefastos, com graves ameaças ao regime democrático no País.</p> <p>(C) Todas as vezes em que houve especulações, as exigências do mercado se manifestaram concretamente na queda das bolsas e no aumento da cotação do dólar.</p> <p>(D) Quando se divulgam certos fatos da vida particular dos candidatos, há uma reação, favorável ou não, dos eleitores, o que transparece nas pesquisas.</p> <p>(E) É imprescindível propostas claras dos candidatos aos principais cargos eletivos do País, para que todos possam escolher conscientemente aquele que mais se aproximem de seus ideais.</p>
<p>11. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) A manipulação irresponsável de dados fornecidos pelas pesquisas de opinião pode resultar em conseqüências desastrosas até mesmo à economia do País.</p> <p>(B) Muitos partidos lutam contra a escassez de recursos para realizar uma campanha mais competitiva pela televisão.</p> <p>(C) Os gastos numa campanha política são vultuosos e exigem maciços investimentos, para atingir o maior número possível de eleitores.</p> <p>(D) A extensão e a variedade geográfica de nosso território impõem estratégias e planejamento eficiente para que todos os brasileiros possam votar tranqüilamente.</p> <p>(E) O crescimento de algum candidato ou a queda de outro são fatos previsíveis durante uma campanha eleitoral, sempre sujeita às variações de humor dos eleitores.</p>	<p>14. Chegar ao desrespeito propriedade privada, na cidade e no campo, e um eventual não-cumprimento de contratos, pode levar ruptura das instituições democráticas vigentes no País.</p> <p>As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) à - à - à</p> <p>(B) à - à - a</p> <p>(C) a - à - a</p> <p>(D) à - a - à</p> <p>(E) a - a - a</p>

MATEMÁTICA

15. Uma Repartição Pública recebeu 143 microcomputadores e 104 impressoras para distribuir a algumas de suas seções. Esses aparelhos serão divididos em lotes, todos com igual quantidade de aparelhos. Se cada lote deve ter um único tipo de aparelho, o menor número de lotes formados deverá ser
- (A) 8
(B) 11
(C) 19
(D) 20
(E) 21
16. Do total X de funcionários de uma Repartição Pública que fazem a condução de veículos automotivos, sabe-se que $\frac{1}{5}$ efetuam o transporte de materiais e equipamentos e $\frac{2}{3}$ do número restante, o transporte de pessoas. Se os demais 12 funcionários estão temporariamente afastados de suas funções, então X é igual a
- (A) 90
(B) 75
(C) 60
(D) 50
(E) 45
17. Ao fazer a manutenção dos 63 microcomputadores de certa empresa, um funcionário observou que a razão entre o número de aparelhos que necessitavam de reparos e o número dos que não apresentavam defeitos era, nessa ordem, $\frac{2}{7}$. Nessas condições, é verdade que o número de aparelhos com defeitos era
- (A) 3
(B) 7
(C) 14
(D) 17
(E) 21
18. Dois técnicos judiciários foram incumbidos de catalogar alguns documentos, que dividiram entre si em partes inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no cartório da seção onde trabalham. Se o que trabalha há 12 anos deverá catalogar 36 documentos e o outro trabalha há 9 anos, então o total de documentos que ambos deverão catalogar é
- (A) 76
(B) 84
(C) 88
(D) 94
(E) 96
19. Uma impressora tem capacidade para imprimir 14 páginas por minuto em preto e 10 páginas por minuto em cores. Quanto tempo outra impressora levaria para imprimir um texto com 210 páginas em preto e 26 em cores, se sua capacidade de operação é igual a 80% da capacidade da primeira?
- (A) 16 minutos e 45 segundos.
(B) 20 minutos.
(C) 21 minutos e 25 segundos.
(D) 22 minutos.
(E) 24 minutos e 30 segundos.
20. Suponha que, em uma eleição, apenas dois candidatos concorressem ao cargo de governador. Se um deles obtivesse 48% do total de votos e o outro, 75% do número de votos recebidos pelo primeiro, então, do total de votos apurados nessa eleição, os votos não recebidos pelos candidatos corresponderiam a
- (A) 16%
(B) 18%
(C) 20%
(D) 24%
(E) 26%
21. Do total de inscritos em um certo concurso público, 62,5% eram do sexo feminino. Se foram aprovados 42 homens e este número corresponde a 8% dos candidatos do sexo masculino, então o total de pessoas que se inscreveram nesse concurso é
- (A) 1 700
(B) 1 680
(C) 1 600
(D) 1 540
(E) 1 400

22. Um capital de R\$ 2 500,00 foi aplicado a juro simples e, ao final de 1 ano e 3 meses, o montante produzido era R\$ 3 400,00. A taxa mensal dessa aplicação foi de
- (A) 2,5%
 - (B) 2,4%
 - (C) 2,2%
 - (D) 1,8%
 - (E) 1,5%

Atenção: Considere o seguinte enunciado para responder às questões de números 23 e 24.

Em uma livraria foi montado um serviço de utilização de microcomputadores. O usuário paga uma taxa fixa de R\$ 1,50, acrescida de R\$ 2,50 por hora. Fração de hora é cobrada como hora inteira.

23. A quantia a ser desembolsada por uma pessoa que utilize certo dia esse serviço, das 12h50min às 16h15min, é
- (A) R\$ 11,50
 - (B) R\$ 11,00
 - (C) R\$ 10,00
 - (D) R\$ 9,50
 - (E) R\$ 9,00

24. Um usuário que dispõe apenas de R\$ 20,00, pode utilizar esse serviço por, no máximo,
- (A) 10 horas.
 - (B) 9 horas.
 - (C) 8 horas.
 - (D) 7 horas.
 - (E) 6 horas.

25. Alguns técnicos judiciários de certo Cartório Eleitoral combinaram dividir igualmente entre si um total de 84 processos a serem arquivados. Entretanto, no dia em que o serviço deveria ser executado, dois deles faltaram ao trabalho e, assim, coube a cada um dos presentes arquivar 7 processos a mais que o previsto. Quantos processos cada técnico arquivou?
- (A) 14
 - (B) 18
 - (C) 21
 - (D) 24
 - (E) 28

26. Uma empresa de prestação de serviços usa a expressão $p(x) = -x^2 + 80x + 5$, em que $0 < x < 80$, para calcular o preço, em reais, a ser cobrado pela manutenção de x aparelhos em um mesmo local. Nessas condições, a quantia máxima cobrada por essa empresa é
- (A) R\$ 815,00
 - (B) R\$ 905,00
 - (C) R\$ 1 215,00
 - (D) R\$ 1 605,00
 - (E) R\$ 1 825,00

27. O tampo de uma mesa tem a forma de um quadrado, cujo lado mede 120 cm. Se ele deve ser revestido por um material que custa R\$ 18,50 o metro quadrado, a quantia mínima a ser desembolsada para se executar esse serviço é
- (A) R\$ 26,64
 - (B) R\$ 25,86
 - (C) R\$ 24,48
 - (D) R\$ 22,20
 - (E) R\$ 20,16

28. Certo dia, Jairo comentou com seu colega Luiz:
- "Hoje eu trabalhei o equivalente a $\frac{4}{9}$ do dia, enquanto você trabalhou apenas o equivalente a $\frac{7}{20}$ do dia."
- Com base nessa informação, quanto tempo Jairo trabalhou a mais que Luiz?
- (A) 1 hora e 50 minutos.
 - (B) 2 horas e 16 minutos.
 - (C) 2 horas e 48 minutos.
 - (D) 3 horas e 14 minutos.
 - (E) 3 horas e 36 minutos.

NOÇÕES DE MICROINFORMÁTICA

29. A velocidade dos processadores dos microcomputadores atuais é normalmente medida em
- (A) Hertz ou Hz.
 - (B) Gigahertz ou GHz.
 - (C) Quilobyte ou Kb.
 - (D) Megabyte ou Mb.
 - (E) Gigabyte ou Gb.
30. No sistema operacional Windows, o conceito de arquivo NÃO é representado por
- (A) um programa adicionado na pasta de programas.
 - (B) um documento de trabalho gravado na forma de texto.
 - (C) um banco de dados no disco rígido.
 - (D) uma planilha eletrônica contendo fórmulas de cálculo.
 - (E) um atalho exibido na área de trabalho.
31. Ao colocar o ponteiro do mouse no menu Iniciar, sobre um item que contém uma seta para a direita, o Windows exibe
- (A) os itens de um menu secundário.
 - (B) uma caixa de texto para digitar comandos.
 - (C) o nome completo do item.
 - (D) a janela de abertura do objeto associado ao item.
 - (E) o nome do autor e a data de criação do item.
32. A melhor forma para trabalhar, ao mesmo tempo, duas partes de um documento Word é
- (A) exibindo-se o documento no modo de estrutura de tópicos.
 - (B) aplicando-se menos zoom no documento.
 - (C) criando-se duas janelas para o mesmo documento.
 - (D) criando-se uma barra de divisão na janela do documento.
 - (E) utilizando-se a barra de rolagem vertical da janela.
33. O método de digitar texto no Word em que os caracteres no ponto de inserção são substituídos é denominado
- (A) inserir.
 - (B) editar.
 - (C) localizar e substituir.
 - (D) copiar e colar.
 - (E) sobrescrever.
34. Uma célula de planilha Excel pode ocupar várias colunas e/ou linhas utilizando-se o tipo de formatação
- (A) Formatar planilha.
 - (B) Formatar linha.
 - (C) Formatar coluna.
 - (D) Mesclar células.
 - (E) Ocultar linhas de grade da célula.
35. A fórmula =B11+B12, contida na célula B10, quando movida para a célula A10 será regravada pelo Excel como
- (A) =A10+A11
 - (B) =A11+A12
 - (C) =B10+B11
 - (D) =B11+B12
 - (E) =C10+C11
36. No endereço <http://www.empresa.com.br>, o conjunto de regras e padrões que permite aos computadores trocar informações pela Internet é indicado por
- (A) http.
 - (B) www.
 - (C) empresa.
 - (D) com.
 - (E) br.
37. O recurso no Internet Explorer para garantir que está sendo usada a versão mais recente da página Web atual é clicar no botão
- (A) Avançar ou Forward.
 - (B) Voltar ou Back.
 - (C) Atualizar ou Refresh.
 - (D) Página inicial ou Home.
 - (E) Pesquisar ou Search.
38. A página Web inicial, aquela que se vê cada vez que se inicia o browser, é definida no Internet Explorer
- (A) clicando-se o botão Página inicial (Home) da barra de Ferramentas.
 - (B) clicando-se o botão Favoritos da barra de Ferramentas.
 - (C) acessando-se o item Selecionar do menu Editar.
 - (D) acessando-se o item Tela Inteira do menu Exibir.
 - (E) acessando-se o item Opções da Internet do menu Ferramentas.
39. Para adicionar uma conta de correio no Outlook Express NÃO é necessário o
- (A) tipo do servidor de mensagens.
 - (B) nome da conta de correio.
 - (C) nome do servidor de notícias.
 - (D) nome do servidor de mensagens recebidas.
 - (E) nome do servidor de mensagens enviadas.
40. Classificar em pastas diferentes as mensagens de correio recebidas, realçar em cores determinadas mensagens, responder ou encaminhar mensagens automaticamente, entre outras operações, podem ser definidas no Outlook Express em
- (A) Regras para mensagens.
 - (B) Sincronizar mensagens.
 - (C) Ir para pasta.
 - (D) Configurar pastas.
 - (E) Configurar mensagens.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Uma das possíveis aplicações do princípio da impessoalidade é

- (A) considerar que o servidor age em nome da Administração, de modo que a Administração se responsabiliza pelos atos do servidor, e este não possui responsabilidade.
- (B) proibir que constem, na publicidade das obras e serviços públicos, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.
- (C) impedir que servidores públicos se identifiquem pessoalmente como autores dos atos administrativos que praticam.
- (D) impedir que determinadas pessoas recebam tratamento favorecido em concursos públicos, em razão de deficiência física.
- (E) considerar inconstitucionais os critérios de títulos em concursos para provimento de cargos públicos.

42. A organização da Administração Pública federal distingue a Administração direta da indireta. São exemplos de integrantes da Administração direta e da indireta, respectivamente,

- (A) a Presidência da República e um Ministério.
- (B) um Ministério e uma empresa pública.
- (C) uma autarquia e uma sociedade de economia mista.
- (D) uma autarquia e uma empresa privada concessionária de serviço público.
- (E) uma fundação pública e uma fundação privada.

43. É exemplo de exercício do poder hierárquico da Administração a

- (A) aplicação de uma multa de trânsito.
- (B) aplicação de uma sanção contratual pela Administração em um contrato Administrativo.
- (C) revogação de um ato administrativo pela autoridade superior ao agente administrativo que o praticou.
- (D) anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário.
- (E) anulação de um ato administrativo pelo próprio agente que o praticou.

44. Considere que João, com 69 anos de idade e 35 anos de contribuição à previdência, pede sua aposentadoria voluntariamente. Passado um ano e meio, João tem conhecimento de que o cargo que ocupava ainda está vago e pretende voltar à atividade. Aplicando-se as regras da Lei nº 8.112/90, a pretensão de João

- (A) é possível mediante reversão da aposentadoria.
- (B) é possível mediante readaptação.
- (C) é possível mediante reintegração.
- (D) é possível mediante recondução.
- (E) não é possível.

45. Considere a seguinte afirmação:

“O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.”

Nos termos da Lei nº 8.112/90, essa afirmação está

- (A) incorreta quanto ao início do período sujeito ao adicional noturno.
- (B) correta quanto ao término do período sujeito ao adicional noturno.
- (C) correta quanto ao percentual de acréscimo relativo ao adicional noturno.
- (D) correta quanto ao cômputo das horas em período sujeito ao adicional noturno.
- (E) incorreta ao estabelecer que o servidor público federal tenha direito ao adicional noturno.

46. Três servidores públicos federais – João, Pedro e Antônio – sujeitos à Lei nº 8.112/90, cometem, isoladamente, infrações que, ao mesmo tempo, configuram ilícitos penais e administrativos, sendo apurados em distintos processos penais e administrativos. Suponha que os processos penais se encerrem antes, com os seguintes resultados: João é absolvido por falta de provas; Pedro é absolvido por negativa da existência do fato; e Antônio é absolvido por negativa de sua autoria. Nessa situação, nos processos administrativos ainda em andamento,

- (A) João, Pedro e Antônio ainda assim poderão vir a ser condenados.
- (B) João e Pedro ainda assim poderão vir a ser condenados, mas Antônio terá necessariamente de ser absolvido.
- (C) Antônio e Pedro ainda assim poderão vir a ser condenados, mas João terá necessariamente de ser absolvido.
- (D) João ainda assim poderá vir a ser condenado, mas Pedro e Antônio terão necessariamente de ser absolvidos.
- (E) João, Pedro e Antônio terão necessariamente de ser absolvidos.

47. Suponha que um empregado de uma empresa privada, concessionária de serviço público, ao prestar o serviço cause intencionalmente dano a um particular. Nesse caso, quem responde por esses danos, indenizando o particular lesado, é

- (A) a concessionária, que tem responsabilidade objetiva e que poderá, depois, cobrar o prejuízo ao empregado que causou o dano.
- (B) a concessionária, que tem responsabilidade subjetiva e que poderá, depois, cobrar o prejuízo ao empregado que causou o dano.
- (C) a concessionária, que tem responsabilidade objetiva, não podendo, no entanto, cobrar depois o prejuízo ao empregado que causou o dano.
- (D) a concessionária, que tem responsabilidade subjetiva, não podendo, no entanto, cobrar depois o prejuízo ao empregado que causou o dano.
- (E) exclusivamente o empregado, que agiu intencionalmente.

<p>48. A União Federal pretende realizar a contratação de uma obra no valor de R\$ 10.000,00. Para essa contratação, nos termos da Lei nº 8.666/93, a licitação</p> <p>(A) é inexigível.</p> <p>(B) terá de ocorrer na modalidade convite.</p> <p>(C) terá de ocorrer na modalidade tomada de preços.</p> <p>(D) terá de ocorrer na modalidade concorrência.</p> <p>(E) poderá ocorrer na modalidade convite, ou tomada de preços, ou concorrência.</p>	<p>52. Embora alistados como eleitores, são inelegíveis para quaisquer cargos os</p> <p>(A) maiores de setenta anos.</p> <p>(B) analfabetos.</p> <p>(C) brasileiros naturalizados.</p> <p>(D) maiores de dezoito anos e menores de vinte e um anos.</p> <p>(E) militares.</p>
<p>49. Quando todos os licitantes forem inabilitados em uma licitação,</p> <p>(A) a Administração poderá conceder prazo a todos os licitantes para que apresentem nova documentação.</p> <p>(B) a Administração poderá afastar algumas exigências do edital que não tenham sido atendidas, habilitando os licitantes.</p> <p>(C) essa licitação deverá ser revogada pela Administração, considerando-se deserta.</p> <p>(D) essa licitação deverá ser anulada pela Administração, considerando-se deserta.</p> <p>(E) essa licitação deverá ser revogada pela Administração, considerando-se fracassada.</p>	<p>53. Ser brasileiro nato é condição necessária para se ocupar o cargo de</p> <p>(A) Ministro da Justiça.</p> <p>(B) Presidente do Banco Central.</p> <p>(C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Advogado Geral da União.</p> <p>(E) Procurador Geral da República.</p>
<p>50. Para a Administração celebrar contrato, tendo por objeto o remanescente de uma obra, em consequência da rescisão de contrato anterior,</p> <p>(A) poderá contratar mediante dispensa de licitação, escolhendo a seu critério empresa que preencha os requisitos da anterior licitação, observando as mesmas condições do contrato rescindido.</p> <p>(B) poderá contratar mediante dispensa de licitação, respeitando a ordem de classificação da anterior licitação e observando as mesmas condições do contrato rescindido.</p> <p>(C) terá de realizar nova licitação, considerando o valor total do contrato para definir a modalidade de licitação.</p> <p>(D) terá de realizar nova licitação, considerando o valor do remanescente para definir a modalidade de licitação.</p> <p>(E) terá de contratar diretamente, por inexigibilidade de licitação.</p>	<p>54. Os estatutos dos partidos políticos regularmente constituídos devem ser registrados</p> <p>(A) no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) em qualquer dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) no Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que tiver sido levado ao Registro Civil o ato de sua fundação.</p> <p>(D) em qualquer dos Tribunais de Justiça dos Estados.</p> <p>(E) no cartório da Zona Eleitoral designada pelo Tribunal Superior Eleitoral.</p>
<p>51. A Constituição Federal assegura a liberdade de trabalho,</p> <p>(A) determinando que, em igualdade de condições, seja dada prioridade ao brasileiro nato sobre o naturalizado no preenchimento de vagas no mercado de trabalho.</p> <p>(B) vedando, porém, a menores de dezesseis anos o exercício de qualquer profissão, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.</p> <p>(C) condicionando, porém, à autorização prévia o exercício das atividades econômicas pelos estrangeiros residentes no país.</p> <p>(D) reservando, de preferência, às mulheres o exercício de determinadas profissões.</p> <p>(E) admitindo que certas profissões só possam ser exercidas por quem preencha qualificações profissionais previstas em lei.</p>	<p>55. Para assegurar a independência dos membros do Poder Judiciário, a Constituição Federal a eles atribui garantias e impõe vedações. Dentre estas últimas está a que proíbe aos Juízes</p> <p>(A) criar associações de classe para defesa de seus interesses.</p> <p>(B) participar de homenagens oficiais a ocupantes de cargos dos demais Poderes.</p> <p>(C) receber custas ou participação em processos, ressalvados os casos permitidos por lei.</p> <p>(D) permanecer por mais de cinco anos na mesma circunscrição.</p> <p>(E) candidatar-se a cargos político-eletivos de outros Poderes.</p> <p>56. O servidor público civil tem assegurado constitucionalmente o direito</p> <p>(A) de livre manifestação, mas não o direito à livre associação sindical nem o direito de greve.</p> <p>(B) à livre associação sindical, mas não o direito de greve.</p> <p>(C) à livre associação sindical e o direito de greve, este desde que autorizado previamente pelo Poder Judiciário.</p> <p>(D) à livre associação sindical e o direito de greve, este nos termos e nos limites definidos em lei específica.</p> <p>(E) de greve, nos termos e nos limites definidos em lei específica, mas não o direito à livre associação sindical.</p>

<p>57. Os proventos da aposentadoria dos servidores públicos, abrangidos pelo regime de previdência de caráter contributivo,</p> <p>(A) nunca poderão ser integrais, no caso de aposentadoria compulsória aos 70 anos.</p> <p>(B) serão sempre integrais, no caso de aposentadoria por invalidez.</p> <p>(C) serão proporcionais ao tempo de contribuição, independentemente do cumprimento de outros requisitos, no caso de aposentadoria voluntária aos 60 anos, sendo mulher a servidora.</p> <p>(D) serão integrais, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, no caso de aposentadoria voluntária do servidor homem, com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição.</p> <p>(E) serão integrais, independentemente do tempo de contribuição, no caso de aposentadoria voluntária do servidor homem, com 60 anos de idade, se tiver exercido atividades insalubres por no mínimo 5 anos antes da aposentadoria.</p>	<p>60. Nos termos da Constituição Federal, o ingresso no serviço público</p> <p>(A) depende de aprovação prévia em concurso público, que será sempre de provas e títulos, para permitir a avaliação dos conhecimentos e da qualificação dos candidatos.</p> <p>(B) poderá se dar por livre nomeação, para cargos efetivos que dispensem qualificação especial.</p> <p>(C) far-se-á, nos casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos a serem definidos por lei.</p> <p>(D) prescinde de concurso público no caso de provimento de cargos em comissão, devendo as nomeações ser ratificadas pelo Poder Legislativo.</p> <p>(E) depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, para o provimento de cargos públicos, dispensada essa exigência para o provimento de empregos públicos.</p>
<p>58. Atenta a políticas de inserção social, a Constituição Federal expressamente prevê reserva, por lei, de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas</p> <p>(A) portadoras de deficiência.</p> <p>(B) de raça negra.</p> <p>(C) com mais de 40 anos de idade.</p> <p>(D) do sexo feminino.</p> <p>(E) que tenham cursado a escola pública.</p>	<p>61. Deferido o pedido de alistamento, o título de eleitor deverá ser entregue</p> <p>(A) ao próprio eleitor, pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado, em sessão solene.</p> <p>(B) ao próprio eleitor, retendo-se o documento que instruiu o pedido de alistamento para ser arquivado juntamente com o recibo obrigatório.</p> <p>(C) a delegado de partido político a que estiver filiado o eleitor, devidamente credenciado junto à Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) ao próprio eleitor ou a representante seu, mediante recibo, que será encaminhado para registros e final arquivamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) pelo funcionário da Justiça Eleitoral, mediante recibo, a quem o eleitor autorizar por escrito.</p>
<p>59. O ordenamento constitucional brasileiro garante a liberdade de religião, mas NÃO permite</p> <p>(A) a prestação de assistência religiosa nas entidades públicas de internação coletiva.</p> <p>(B) a celebração de cultos religiosos em locais públicos, salvo se obtida autorização da autoridade administrativa competente.</p> <p>(C) alegação de convicção religiosa como escusa para o não cumprimento de obrigação legal a todos imposta e de prestação alternativa.</p> <p>(D) o ensino religioso em escolas públicas.</p> <p>(E) em nenhuma hipótese a destinação de recursos públicos a escolas mantidas por igrejas.</p>	<p>62. Do despacho proferido em processo de alistamento caberá recurso</p> <p>(A) de ofício, ao Tribunal Regional Eleitoral competente.</p> <p>(B) interposto por qualquer eleitor, em se tratando de decisão de deferimento do pedido de inscrição eleitoral.</p> <p>(C) do alistando, quando a decisão indeferir a expedição do título de eleitor.</p> <p>(D) interposto por partido político, na hipótese de indeferimento de pedido de inscrição eleitoral ou de transferência, apresentado por filiado.</p> <p>(E) interposto por preparador ou funcionário da Junta Eleitoral, se identificado erro material na decisão exarada pelo Juiz.</p> <p>63. Da folha individual de votação e do título de eleitor deverá constar a indicação</p> <p>(A) da seção em que o eleitor originariamente se inscreveu e da seção para a qual pediu transferência.</p> <p>(B) do domicílio residencial do eleitor.</p> <p>(C) da vinculação permanente do eleitor à seção eleitoral na qual se inscreveu.</p> <p>(D) da seção em que o eleitor tiver sido inscrito, a qual não poderá ser localizada em distrito judiciário ou administrativo diferente do da respectiva residência.</p> <p>(E) do distrito judiciário do domicílio comercial do eleitor.</p>

<p>64. Constitui causa de cancelamento da inscrição eleitoral</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a duplicidade de inscrições. (B) deixar de votar em duas eleições consecutivas. (C) a solicitação de segunda via do título, sem apresentar prova concreta de extravio do originariamente expedido. (D) o deferimento do pedido de inscrição, por força de despacho proferido após esgotado o prazo legal. (E) protocolar o pedido de alistamento cento e vinte e dois dias antes da data da eleição. 	<p>68. No sistema eletrônico de votação, o voto será computado para</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a legenda partidária do candidato ao Senado Federal, quando o eleitor sufragar candidato a Presidente e a Senador de coligações distintas. (B) a coligação que registrou o candidato a Presidente, quando a indicação do eleitor recair sobre candidato a Presidente de uma coligação e candidatos a deputado estadual e federal de partido não coligado. (C) o candidato a Senador registrado pelo partido ou coligação que registrou, também, o candidato a Governador sufragado pelo eleitor. (D) a legenda partidária, se for atribuído ao candidato a suplente de Senador. (E) a legenda do partido, quando o eleitor indicar apenas o número deste ao votar para determinado cargo e somente para a eleição a este cargo será considerado.
<p>65. A organização de cada seção eleitoral deve observar, dentre outras condições,</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) o mínimo de trinta eleitores para fins de composição. (B) a instalação de uma só Mesa Receptora, cujos membros são nomeados pelo Juiz Eleitoral. (C) a indicação da respectiva Mesa Receptora pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado. (D) o máximo de quinhentos eleitores nas capitais dos Estados. (E) a garantia de exclusividade da seção destinada aos cegos. 	<p>69. No dia marcado para as eleições, o processo de votação tem início</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) no momento em que o Presidente da Mesa Receptora promover a verificação da presença de seus membros e dos fiscais de partido. (B) quando o Presidente da Mesa Receptora declarar iniciados os trabalhos. (C) às 7 horas, com a instalação da Mesa Receptora. (D) às 7 horas, quando os candidatos presentes forem admitidos a votar. (E) às 8 horas, quando o Presidente da Mesa Receptora depositar o seu voto na urna.
<p>66. A nomeação dos membros das Mesas Receptoras, de competência do</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) Tribunal Superior Eleitoral, pode vir a ser objeto de reclamação por parte de partido político, no prazo de dois dias contados da publicação do ato. (B) Presidente da Junta Eleitoral, realiza-se em audiência pública, trinta dias antes da eleição. (C) Presidente do Tribunal Regional do respectivo Estado, deve, preferencialmente, recair sobre eleitores da própria seção. (D) Juiz Eleitoral, deve ocorrer em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência. (E) Juiz Eleitoral, deve ser comunicada aos Presidentes das Mesas Receptoras no mínimo noventa dias antes da eleição. 	<p>70. Na hipótese de a Junta Eleitoral deixar de receber impugnação apresentada por delegado de partido ou coligação</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) será, de imediato, declarada a sua extinção. (B) lavrar-se-á ata própria, assinada pelos fiscais e delegados de partidos políticos presentes. (C) caberá ao Tribunal Regional Eleitoral decidir sobre o recebimento, em quarenta e oito horas contadas a partir da entrada da impugnação recusada no seu protocolo. (D) o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral deverá pronunciar-se sobre o recebimento, se nas quarenta e oito horas seguintes a impugnação recusada em primeira instância vier a ser protocolada junto a essa Corte, acompanhada de declaração subscrita por duas testemunhas. (E) cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de quarenta e oito horas contadas a partir da decisão denegatória.
<p>67. Todas as fases do processo de votação e de apuração poderão ser fiscalizadas por partidos e coligações, compreendendo</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a garantia do conhecimento antecipado dos programas de computador a serem utilizados. (B) o direito de impugnar, oralmente, os programas de computador, no prazo de 10 dias do seu conhecimento. (C) o recebimento, pelos partidos e coligações, de cópias dos dados do processamento parcial, a cada hora. (D) a fiscalização de cada seção eleitoral por dois delegados e três fiscais credenciados por cada um dos partidos que tenham registrado candidatos às eleições majoritárias. (E) a contratação de empresas especializadas em pesquisas e testes pré-eleitorais para acompanharem, independentemente de credenciamento, os trabalhos de apuração. 	